



ACÓRDÃO DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Nº 265/2014-CD - Processo nº 53000.006560/2006
Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 752, de 31 de julho de 2014. Recorrente/Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PLANALTO TIMBAUBA (CNPJ/MF nº 04.705.811/0001-49)
EMENTA: PADO. RECURSO ADMINISTRATIVO. ANATEL E MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO. MULTA. INFRAÇÕES DE ORDEM TÉCNICA. CONVALIDAÇÃO DAS DECISÕES. CO-NHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO. 1. A entidade foi sancionada em razão de infrações de ordem técnica na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, quais sejam: uso de equipamento transmissor diferente do autorizado e operação com potência acima do limite. 2. As infrações foram reconhecidas pela entidade e os argumentos apresentados não justificam a conduta irregular, uma vez que é dever da entidade conhecer a legislação do serviço que executa e as especificações técnicas do equipamento que utiliza. 3. As infrações praticadas pela entidade possuem caráter iminentemente técnico, sendo tais irregularidades de competência da Anatel. 4. Necessidade de serem convalidadas as decisões do Ministério das Comunicações. 5. Os critérios utilizados na fixação do valor da multa e a legislação aplicável estão discriminados nos autos. 6. Recurso Administrativo conhecido e improvido. Sanção mantida.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade dos presentes, nos termos da Análise nº 81/2014-GCJV, de 23 de julho de 2014, integrante deste acórdão: a) convalidar as decisões do Ministério das Comunicações exaradas por meio da Portaria nº 262, de 21 de outubro de 2008, e do Despacho datado de 10 de setembro de 2009, com efeitos ex tunc; e, b) conhecer do Recurso Administrativo interposto contra a decisão exarada por meio do Despacho datado de 10 de setembro de 2009 para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente e Igor Vilas Boas de Freitas. Ausentes os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaiika e Rodrigo Zerbone Loureiro, por motivo de férias.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

CONSULTA PÚBLICA Nº 32, DE 25 DE AGOSTO DE 2014

Proposta de alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, e de revogação da Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 755, realizada em 21 de agosto de 2014, submeter a Consulta Pública, para comentários do público em geral, nos termos do art. 42, do inciso II do art. 89 e do art. 164 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e do art. 67 do Regulamento da Anatel, bem como do constante dos autos do Processo nº 53500.019849/2009, a proposta de alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, e de revogação da Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001, nos termos do Anexo à presente Consulta Pública.

O texto completo da proposta em epígrafe estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço abaixo e na página da Anatel na Internet, no endereço <http://www.anatel.gov.br>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas exclusivamente conforme indicado a seguir e, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet <http://www.anatel.gov.br>, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 25 de setembro de 2014, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax ou correio eletrônico, recebidas até às 18h do dia 25 de setembro de 2014, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
Superintendência de Planejamento e Regulamentação - SPR
CONSULTA PÚBLICA Nº 32, DE 25 DE AGOSTO DE 2014
Proposta de alteração do Regulamento do Serviço Telefônico

Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, e de revogação da Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001

Setor de Autarquias Sul - SAUS, Quadra 6, Bloco F - Térreo
- Anatel Sede - Biblioteca
70070-940 - Brasília-DF
Fax: (61) 2312-2002
Correio eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br
As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão posteriormente à disposição do público na Biblioteca da Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.333, DE 16 DE MAIO DE 2014

Processos n. 53500.027062/2011; 53500.027063/2011 e 53500.027065/2011. Transfere as autorizações para a prestação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) decorrentes da adaptação das outorgas do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) nas Áreas de Curitiba-PR, Porto Alegre-RS, São Paulo-SP, e do Rio de Janeiro-RJ, outorgadas, respectivamente, à TV DELTA DE CURITIBA LTDA., CNPJ/MF nº 81.731.424/0001-28, à TEVECAP BRASIL RADIOENLACES LTDA., CNPJ/MF nº 58.884.495/0001-49, e à TELEVISÃO SHOW TIME LTDA., CNPJ/MF nº 58.535.477/0001-51, transferindo, pelo restante do prazo, as radio-frequências associadas, bem como os respectivos Termos de Autorização, para a BOA VENTURA EMPRESA DE SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO LTDA., CNPJ/MF nº 16.692.280/0001-86. A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias. A aprovação não exime as empresas do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.124, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.008857/2012. Adapta a autorização para exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, na Área de Prestação de Serviço de Curitiba-PR, expedida por meio do Decreto nº 99.159, de 12 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União de 13 de março de 1990, formalizada por meio de Contrato de Concessão, adaptada para autorização para exploração do mesmo serviço por meio do Ato nº 2.796, de 28 de abril de 2010, detida pela TV DELTA DE CURITIBA LTDA., CNPJ/MF nº 81.731.424/0001-28, para autorização para exploração do Serviço de Acesso Condicionado.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.125, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.008857/2012. Adapta a autorização para exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, na Área de Prestação de Serviço de São Paulo-SP, expedida por meio do Decreto nº 96.760, de 15 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1988, formalizada por meio de Contrato de Concessão, adaptada para autorização para exploração do mesmo serviço por meio do Ato nº 2.791, de 28 de abril de 2010, detida pela TELEVISÃO SHOW TIME LTDA., CNPJ/MF nº 58.535.477/0001-51, para autorização para exploração do Serviço de Acesso Condicionado.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.129, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.008857/2012. Adapta a autorização para exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, na Área de Prestação de Serviço do Rio de Janeiro-RJ, expedida por meio do Decreto nº 98.628, de 20 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1989, formalizada por meio de Contrato de Concessão, adaptada para autorização para exploração do mesmo serviço por meio do Ato nº 2.790, de 28 de abril de 2010, detida pela TELEVISÃO SHOW TIME LTDA., CNPJ/MF nº 58.535.477/0001-51, para autorização para exploração do Serviço de Acesso Condicionado.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.130, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.008857/2012. Adapta a autorização para exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, na Área de Prestação de Serviço de Porto Alegre-RS, expedida por meio do Decreto nº 98.652, de 20 de dezembro de 1989, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 1989, formalizada por meio de Contrato de Concessão, adaptada para autorização para exploração do mesmo serviço por meio do Ato nº 2.800, de 28 de abril de 2010, detida pela TEVECAP BRASIL RADIOENLACES LTDA., CNPJ/MF nº 58.884.495/0001-49, para autorização para exploração do Serviço de Acesso Condicionado.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.131, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.008857/2012. Adapta a autorização para exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, na Área de Prestação de Serviço de Curitiba-PR, expedida por meio do Decreto nº 99.125, de 9 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 1990, e formalizada por meio de Contrato de Concessão, adaptada para autorização para exploração do mesmo serviço por meio do Ato nº 2.799, de 28 de abril de 2010, detida pela TEVECAP BRASIL RADIOENLACES LTDA., CNPJ/MF nº 58.884.495/0001-49, para autorização para exploração do Serviço de Acesso Condicionado.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.133, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.008857/2012. Adapta a concessão para exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, na Área de Prestação de Serviço do Rio de Janeiro-RJ, expedida por meio do Decreto nº 98.930, de 5 de fevereiro de 1990, publicado no Diário Oficial da União de 6 de fevereiro de 1990, e formalizada por meio de Contrato de Concessão, adaptada para autorização para exploração do mesmo serviço por meio do Ato nº 2.759, de 28 de abril de 2010, detida pela ABRIL COMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 44.597.052/0001-62, para autorização para exploração do Serviço de Acesso Condicionado.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.134, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.008857/2012. Adapta a concessão para exploração do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, na Área de Prestação de Serviço de São Paulo-SP, expedida por meio do Decreto nº 96.599, de 26 de agosto de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 1988, e formalizada por meio de Contrato de Concessão, adaptada para autorização para exploração do mesmo serviço por meio do Ato nº 2.761, de 28 de abril de 2010, detida pela ABRIL COMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 44.597.052/0001-62, para autorização para exploração do Serviço de Acesso Condicionado.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.138, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Processo nº 53500.015960/2012. Declara extinta, por motivo de renúncia, a partir de 21 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à empresa BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 01.236.881/0001-07, referente à exploração do Serviço de Acesso Condicionado, decorrente da adaptação da concessão da outorga de TV a Cabo na localidade de Ribeirão das Neves, no estado de Minas Gerais, expedida por meio do Ato nº 5.182, de 27 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2013, sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela concessionária ou a cobrança de valores devidos. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações para com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 14 de maio de 2013

Nº 2.980 -

Processo nº 53500.018573/2012.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Anulação apresentado pela TIM CELULAR S/A, CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80, em face do Ato nº 7.036, de 18 de outubro de 2011, da Superintendência de Serviços Privados, decidiu, em sua Reunião nº 694, realizada em 25 de abril de 2013, conhecer do Pedido de Anulação para, no mérito, indeferi-lo, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 242/2013-GCRZ, de 19 de abril de 2013.

JOÃO BATISTA DE REZENDE